

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



A Implantação da Mediação e Conciliação do direito da Família

Autor(es)

Thiago Luiz Sartori
Elizabeth Barros Fontolan
Gessica Oliveira Bento

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A Lei No 13.105/2015, descreve no texto onde é regulamentada a mediação e a conciliação passando a serem etapas processuais importantes, sendo utilizados como métodos alternativos que criado pelo legislador afim de acabar com os conflitos estabelecidos em processos de forma mais efetiva e celere e cabe o questionamento, se é ou não viável, tornar obrigatório algo que foi criado para ser de vontade espontânea dos litigantes e o que pode afetar no andamento processual, para auxiliar as famílias.

Quando pensamos em conflito pensaremos no poder Judiciário porque estamos acostumados a tê-lo como o único que pode solucionar os nossos litígios. As formas de mediação e conciliação são alternativas que, trazem com si uma maneira de pacificar e dialogar para que ambas as partes fiquem satisfeitas com as decisões.

E um meio de equilíbrio onde um terceiro que se encontra entre duas partes não acima delas, a função deste terceiro está em ajudar os participantes de um litígio a saná-lo.

Objetivo

A atuação do conciliador e interferir na discussão oferecendo sugestões para a solução dos litígios, é proibida a utilização de qualquer forma de constrangimento para forçar a conciliação das partes.

O mediador dará em face dos casos em que houver vínculo anterior entre os interessados, ajudará estes a entender as questões e os interesses do conflito, assim havendo a comunicação.

Material e Métodos

No art. 334 do Código de Processo Civil de 2015, combinado com o art. 27 da Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei de Mediação), antes da solução adjudicada mediante sentença, é necessário oferecer outros mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão.

- I. informalidade,
- II. simplicidade,
- III. economia processual,
- IV. celeridade,

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Programa de Pós-Graduação
Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional



VI. oralidade

VII. flexibilidade processual.

Resultados e Discussão

Essas soluções de controvérsias resultam em soluções para ambas as partes não deixando a desejar nem a um nem a outro, com um baixo custo, e um período menor na espera da resolução.

Outro ponto é que a resolução costuma ser considerada mais justa já que os próprios envolvidos a constroem.

Você decide o que é melhor para você não se gasta tempo com documentos nem sofrem o desgaste emocional de ficar com esses conflitos por vários anos e é um pacificador por se tratar de um ato espontâneo, voluntário e de comum acordo entre as partes.

Na década de 90, nasceu a Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95), que avançou com o reconhecimento da Conciliação como um meio para a solução dos conflitos de menor escala, preparando o terreno para a adoção legislativa da Mediação, quase 20 anos depois.

Conclusão

Com a satisfação dos envolvidos e a diminuição dos litígios encaminhados ao judiciário, podemos afirmar que a mediação e a conciliação são as novas portas.

Esses métodos trazem um ganho de tempo enorme e a forma participativa e rápida de resolver os conflitos, não há desgaste de tempo com documentos, sofrem o desgaste emocional de ficar com esses conflitos por vários anos e é um pacificador por se tratar de um ato espontâneo, voluntário e de comum acordo entre as partes.

Referências

<https://www.cnj.jus.br/estudos-apresentam-dados-sobre-eficiencia-do-uso-mediacao-e-conciliacao-na-justica-brasileira>

WWW.GOOGLE.COM.BR

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao/>

<https://ead.centrodemediadores.com/>